

NEM VERDADE NEM ‘MERA OPINIÃO’: SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA OPINIÃO VERDADEIRA EM HANNAH ARENDT¹

NEITHER TRUTH NOR ‘MERE OPINION’: ABOUT THE POSSIBILITY OF A TRUE OPINION IN HANNAH ARENDT

Kelly Janaina Souza da Silva²

Resumo: O tema da opinião e da verdade no pensamento político de Hannah Arendt é alvo de muitas polêmicas, tendo sido a pensadora, inclusive, apontada como “antiverdade” no espaço público. Com o intuito de percorrer os caminhos sobre os quais Arendt trata da verdade e da política em seus escritos, esse artigo visa a reconstruir a discussão em torno da dóxa em Arendt, dando ênfase especial aos ensaios Sócrates (ou Filosofia e Política - 1954) e Verdade e Política (1967). Tem-se em vista articular o pensamento arendtiano a partir do viés socrático, e não platônico, trabalhando com a hipótese de uma noção alternativa de verdade em conciliação com a esfera pública. Parte-se, portanto, à formulação de uma opinião política que leve em conta o reconhecimento dos fatos e a veracidade pessoal daquele que formula a opinião; o que consideramos uma opinião verdadeira.

Palavras-chave: Dóxa. Opinião. Verdade e Política.

Abstract: The theme of opinion and truth in Arendt's political thought is the nucleus of many controversies, and she was even pointed out as “antiverity” in the public space. To trace the paths in which Arendt deals with truth and politics in her writings, this article aims to reconstruct the discussion around the Doxa in Arendt's writings, with special emphasis on the essays Socrates (or Philosophy and Politics - 1954) and Truth and Politics (1967). Thus, the objective is to articulate her thinking from the Socratic perspective and not the Platonic one as it is usually done. Our main point works with the hypothesis that there is an alternative notion of truth in conciliation with the public sphere; starting from the formulation of a political opinion that should take into account the recognition of the facts and the personal veracity of the one who formulates the opinion.

Keywords: Doxa. Opinion. Truth and politics.

Introdução

O pensamento político de Hannah Arendt se constitui em ferramenta reflexiva valorosa sobre muitos dos aspectos da contemporaneidade. Um desses aspectos é o tema da opinião e da verdade, sobre o qual seus escritos permitem espaço a questionar se a

¹ Esse artigo é resultante da investigação de tese *Arendt e a permanência da verdade pública*. Portanto, a premissa de que a obra de Arendt daria espaço à possibilidade de uma *opinião verdadeira* a partir do *reconhecimento dos fatos* e da *veracidade pessoal* de quem emite a opinião é fruto dos resultados obtidos nessa pesquisa, e não um pressuposto encontrado na própria obra de Arendt.

² Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, Pesquisadora de Pós-Doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: kelly.janainassilva@gmail.com. ORCID: 0000-0002-8836-9376.

esfera pública seria autossuficiente para prescindir de um conceito de verdade, dadas todas as ameaças e circunstâncias impostas pela mentira na política. A partir de indagações como, por exemplo, se Arendt poderia ser apontada como antiverdade³ no domínio político; ou, se ela apenas interpõe as considerações necessárias a respeito das diversas implicações que o complexo tema da verdade e da política oferece para ponderação, propomos reconstruir brevemente a discussão em torno da *dóxa* e da verdade em sua obra e extrair dela novas considerações a respeito da opinião política. A separação entre *vita activa* e *vita contemplativa* em seu pensamento político delinea importantes aspectos sobre como Arendt vê a política e a filosofia, contendo em suas premissas tanto a discussão da natureza e dignidade do âmbito político quanto da natureza e dignidade da própria verdade.

Arendt toma a verdade mais por razões políticas que filosóficas, apontando, por esta via, a uma distinção entre aquelas verdades axiomáticas que não precisam ser atestadas; e aquelas que necessitam ser validadas para terem algum reconhecimento. Desta maneira, ela classifica um tipo de verdade – a verdade fatural – como política por natureza, ainda que sua contingência faça dela alvo de armas eficazes da chamada mentira na política. A verdade dos fatos pode ser reduzida ao processo de interpretação subjetiva como se se tratasse de “mera opinião”, confundindo fatos com opiniões na esfera pública. E essa transformação de fatos em “meras opiniões” é uma das principais ferramentas da mentira organizada, cuja natureza é destrutiva sem precedentes, sendo destacada por Arendt como um fenômeno efetivamente ameaçador contra a verdade, e que colocaria em risco a própria permanência de mundo.

Ressalta-se que, muitas vezes, o caminho pelo qual Arendt parece nos conduzir é, de fato, o de que exista um conflito mútuo entre verdade e política. Suas considerações teóricas deixam espaço, entretanto, para questionar se o domínio público seria autossuficiente para prescindir de um conceito de verdade. Construimos nossa primeira hipótese em torno de uma solução possível ou dissolução do conflito, e nossa aposta foi em termos da reconstrução da *dóxa* contendo possibilidades de verdade. Arendt perpassa em seu pensamento político uma concepção da *dóxa* na qual a posição de cada um no mundo deve ser respeitada, e reconhece a ideia de que o senso de realidade que

³ Uma longa discussão acerca desses apontamentos e os autores que a proferiram pode ser encontrada no item 1.5 da tese da qual esse artigo é referência. Optou-se por não reproduzir partes da discussão devido ao espaço limitado, e também para dar ênfase ao principal tema defendido, qual seja, a possibilidade de uma *opinião verdadeira*.

experimentamos é construído a partir de inúmeras perspectivas. Assim, a pluralidade de pontos de vista é algo inescapável à condição humana no momento mesmo de formação do juízo do espectador político. Não é possível responder ao mundo e às aparências, no sentido de formular conceitos próprios sobre ele, a menos que o senso de realidade seja ativado e esteja sustentado no senso comum. Sendo assim, depreendemos acerca de uma opinião que infere a posição de cada pessoa no mundo e é trazida ao debate, como para Sócrates, revelando a *dóxa* em sua própria veracidade. Ratificando um conceito de opinião em Arendt em sua formulação como a *dókei moi* socrática, portanto, passamos a explorar a possibilidade de uma opinião verdadeira.

Buscou-se, para isso, fundamentar a opinião verdadeira no reconhecimento dos fatos e na veracidade do ator político. Trata-se de um senso de verdade que reside na própria *dóxa*, formulada de acordo com parâmetros que a permitam ser apontada como uma opinião articulada em veracidade, mas que não se tratam de parâmetros obrigatórios, padrões de medidas ou regras absolutas. Arendt não estaria de acordo com esse tipo de “obrigatoriedade”, e a formulação da opinião também não pode suspender a pluralidade opinativa.

Por fim, destaca-se que os adventos contemporâneos de distorção dos fatos e mentira organizada assumem, cada vez mais, contornos preocupantes; e entendemos que nossa pesquisa atua no sentido de propor um caminho viável a partir do próprio ator político e do seu processo de articulação da opinião, visando a desempenhar sua parte na responsabilização pelo mundo comum.

Arendt dificilmente poderia ter antecipado as inúmeras formas novas de disseminação da desinformação por meio das mídias sociais e digitais que agora temos. Mas, sua profunda análise do fenômeno totalitário, já há muitas décadas, nos deixou cientes do potencial da mentira na política, em termos tanto de comprometer, ou até mesmo de destruir, o tecido que compõe nossa realidade. Sendo assim, tentamos resgatar esse conceito da *dóxa*, que procura se articular em sua própria veracidade e revela uma verdade capaz de se sustentar em meio à política, ainda que, diante de novas formas de ameaça. Desse processo de tornar a opinião verdadeira, resulta, então, uma verdade aderente à opinião, empenhada no reconhecimento dos fatos e na veracidade do ator político, que atende não somente ao imperativo de conciliar domínio político com verdade, mas, ainda, de validar as múltiplas possibilidades de abertura de mundo, que fundamentam nossa pluralidade humana efetivando o debate.

1. Verdade e Política no pensamento de Hannah Arendt: uma breve reconstrução desde Platão

O tema da verdade carrega um caráter absolutamente ambíguo no pensamento de Hannah Arendt, que faz dele alvo de muitas polêmicas. Presente com maior destaque no ensaio *Verdade e Política*⁴ (1967), o assunto também está implícito em obras como *Lições sobre Lessing* (1968) e *A Mentira na Política* (1969), além de ser mencionado de passagem em outros de seus ensaios. Pode-se dizer que, embora não seja feita referência direta à questão da verdade em muitas das obras de Arendt, este tema perpassa o seu pensamento político, uma vez que outros tópicos como a mentira organizada, a opinião, a pluralidade das opiniões e a possibilidade de autoritarismo político estão todos, de alguma maneira, inter-relacionados com o tema da verdade na política.

O assunto costuma seguir por duas vias tradicionais de leitura: de um lado, estudiosos que argumentam que Arendt considera a verdade antagônica à política, defendendo que a verdade é tirânica e, desse modo, naturalmente oposta ao dado plural. De outro lado, pesquisadores que se debruçam sobre a noção de *verdade fatural* de Arendt, tida como política por excelência, e como ela pode atuar no campo político. Sendo assim, destacamos a importância de se fazer uma breve exposição descritiva do tema da verdade em relação com a política na obra de Arendt, visando a resgatar a origem do conflito e introduzir os termos e concepções do tema em seu pensamento.

Visando a análise e a reavaliação da condição política moderna, em meados dos anos 1950 Arendt se debruçou sobre a necessidade de buscar no passado a herança deixada por o que ela chama de “tradição política ocidental”. Assim, ela vai chegar à Grécia Clássica, em uma tentativa de compreender o presente se empenhando no estudo de Platão, com especial atenção à sua separação entre o *fazer* e o *saber*, isto é, à separação entre ação e pensamento. Naqueles dias de pólis grega, antes da invenção da filosofia acadêmica, os atenienses viviam uma vida na qual pensamento e ação jaziam unidos; e uma vez separados, isso degenerava à coerção, capaz de negar pluralidade e liberdade, subordinando uma sobre a outra, “superior” sobre “inferior”.

A morte de Sócrates possui papel fundamental na separação entre política e filosofia. De acordo com Arendt, a condenação de Sócrates constitui um marco na história do pensamento político, assim como a crucificação de Cristo constituiu um marco para os cristãos. Uma vez que Sócrates não pôde persuadir os responsáveis pelo seu

⁴ Ensaio contido na coletânea *Entre o passado e o futuro*.

juízo da inocência e do valor que lhe eram inerentes, Platão passou a duvidar da validade da *peîthein* e, embora a *peîthein* seja traduzida comumente como a palavra *persuasão*, essa tradução não consegue transmitir toda a importância política que ela tinha. A *peîthein* implicava em uma forma especificamente política de discurso, e se destacava entre os atenienses como uma das artes mais altas.

Ao lado da dúvida de Platão sobre sua validade, está também a condenação dele à mera opinião, ou *dóxa*, como um dos fatores mais importantes para compreender o conceito platônico de verdade, entendida sempre justamente como o oposto da opinião (ARENDR, 2002a, p. 92). Assim, Arendt define que “nossa tradição de pensamento político começou quando a morte de Sócrates levou Platão a desesperar da vida da pólis e, ao mesmo tempo, a duvidar de algumas bases dos ensinamentos de Sócrates” (ARENDR, 2010b, p. 47). É a partir do julgamento e condenação de Sócrates que Platão encontra subsídios para afirmar a excelência da filosofia e a inferioridade da política, já que a crise provocada pela morte de Sócrates evidencia que a glória de Atenas se apresentava erigida sobre bases políticas duvidosas. Com o julgamento e condenação de seu mestre, Platão experimenta certo desencanto diante da pólis democrática, buscando outras formas de fundamentação do poder. Ele coloca em dúvida a validade da *peîthein* e se volta de forma inexorável contra o domínio político, propondo uma filosofia política que se distancie ao máximo de qualquer problema advindo do convívio social, em oposição radical à pluralidade humana vivenciada pela política grega e também por Sócrates, cuja vivência filosófica se dava por meio do convívio na praça do mercado.

O fato de o sistema político vigente ter condenado o seu mestre a beber a cicuta tem para Platão um significado impactante, uma vez que a própria pólis integrada por Sócrates não pôde ser convencida por ele de que não era culpado. Assim, Platão decepciona-se a tal ponto que busca salvar a filosofia da política, subordinando a segunda à primeira. Essa oposição radical dá origem a toda uma tradição de hostilidade à política, derivando da operação de inversão dos ensinamentos socráticos então efetivada por Platão, na oposição entre verdade e opinião, entre filosofia e política, e que é um dos resultados da dúvida platônica acerca do valor da persuasão, o que coloca em xeque de forma definitiva a noção de opinião.

Arendt observa que a atribuição de maior importância por Platão à filosofia em detrimento da política relega o domínio público a segundo plano e instaura um novo significado ao mundo público compartilhado, superestimando o acesso a uma verdade absoluta sobre a pluralidade das opiniões. É a partir dessa percepção que o tema da

verdade na obra de Arendt costuma ser permeado pela evocação de um conflito pautado na hierarquização que separa política e verdade filosófica, *vita activa* e *vita contemplativa*. Uma hierarquia entre os modos de vida do filósofo e do cidadão, entre verdade e opinião.

Para Arendt, o processo de degradação da opinião é o que estabelece o conflito mais fundo entre verdade e política, sendo a opinião um requisito para o poder. E é a partir desse conflito que surgem dois modos diametralmente opostos de vida, que seriam a “vida do filósofo” e a “vida do cidadão”. Somente a vida do cidadão exige a opinião acerca dos assuntos humanos com a necessária flexibilidade e, nesse sentido, ela se compreende oposta a uma verdade absoluta, antipolítica. Os filósofos, ao contrário, em tudo se prenderiam à “realidade”. Estando a opinião entre a ciência e a ignorância, entre o ser e o não-ser, ela se limitaria a uma faculdade que permite julgar, ao invés, pelas aparências. Em outro extremo, somente os filósofos se encontrariam aptos a chegar ao conhecimento verdadeiro, ao conhecimento do imutável, que está além do aparente e cognoscível, e que não precisa do intermédio entre ser e não-ser por se tratar da própria verdade. A retomada desse conflito é feita por Arendt justamente recorrendo a Platão, a partir de quem ela busca explicar aspectos da tradição da filosofia política ocidental, que seria uma tradição da qual Platão seria o precursor. Essa tradição separaria “governantes” e “governados”, colocando a filosofia como superior em relação à política, no sentido de que os filósofos seriam “mais aptos” a normatizar o domínio político devido à sua maior qualificação para o acesso à “verdade”. Para a tradição platônica da metafísica, portanto, o acesso a uma verdade não estaria na esfera dos assuntos humanos, mas em um domínio superior, do ser, acessível apenas para os filósofos, e que justificaria sua ascendência sobre a pólis. A tradição de situar o filósofo em um patamar superior, ao mesmo tempo que instaura a política como fonte de perigo e ameaça para o filósofo, afasta a necessidade da filosofia ao indivíduo comum. Sob a análise de Arendt, então, a tradição política ocidental separou a *vita activa* da *vita contemplativa* estabelecendo universos distintos e opostos a uma e outra, já que a primeira se ocupa da ação, do trabalho e da obra (*práxis/bíos politikós*), e a segunda, da retirada do mundo (*bíos teoretikós*). Essa separação originou um conflito secular entre política e filosofia, ocasionando consequências funestas à esfera pública, mas também à esfera do pensamento. A preocupação de Arendt é que tanto as atividades do pensamento quanto as da ação sofram o impacto de um declínio como resultado de sua separação.

O anseio platônico por padrões absolutos tornou-se o principal impulso de sua filosofia política, pois a partir deles os atos humanos poderiam ser julgados com certa confiabilidade, por “medidas transcendentais”, sem as quais, imperaria a relatividade das “meras opiniões”. Se, antes, os cidadãos podiam ser *persuadidos*, como fazia Sócrates; Platão acha mais conveniente que, agora, eles sejam *obrigados*, sem que, para isso, no entanto, sejam usadas medidas externas de coerção. Em lugar da opinião, toma lugar a verdade absoluta, sem espaço à liberdade de recusa ou ao espírito de questionamento. A cidade idealizada por Platão, então, além de ter por governo a própria tirania da verdade e da razão, tem o valor anteriormente atribuído à *dóxa* radicalmente alterado, passando *dóxa* a significar agora o *oposto da verdade*; que, por sua vez, é tida como universal e absoluta. Precisa ser assim, pois, no exato instante em que o filósofo submete a sua verdade para a pólis, ela passa imediatamente a ser também apenas outra opinião. Sem poder demarcar uma qualidade distintiva, a saída encontrada por Platão estava em reduzir a opinião a uma espécie de ilusão, que tem por consequência a negação da pluralidade opinativa. E, para Arendt, para quem a pluralidade é o próprio fundamento da política, a verdade, no que toca à esfera dos assuntos humanos, inspira ser relativa e aberta ao debate, o que faz com que a tirania da verdade proposta por Platão seja, além de antissocrática, viável apenas em uma instância apolítica, na realidade abstrata de um ser solitário, desintegrado e isolado de qualquer relação com os outros.

Arendt retrata bem em seus postulados as consequências da separação entre filosofia e política e o papel fundamental que isso vem a ter para a política moderna. Em um primeiro momento, ela toma a posição de crítica da filosofia, aceitando o parecer da tradição que coloca a filosofia no apego a uma verdade transcendente, com um tipo de conhecimento destinado a poucos e sem se preocupar com as coisas *deste mundo*, ou seja, apartada da política. Nessa perspectiva, o trabalho de Arendt parece visar ao esforço de compreensão histórica da política, obtendo como resultado o aprofundamento de uma possível restauração ou reabilitação da práxis versus a vida contemplativa. No entanto, tomando o seu trabalho em linhas gerais, é possível afirmar que, em Arendt, a tensão entre os dois modos de vida, *vita activa* e *vita contemplativa*, se constitui em uma unidade subjacente que permeia o seu pensamento. Ela tanto consegue figurar uma profunda crítica à tradição filosófica ocidental, que tem como cerne o primado da vida teórica; como destacar que, por causa dessa primazia, coexiste um esquecimento da práxis que torna a ação como mera concepção instrumental. Por essa forma reduzida do filósofo em

conceber a realidade, a política pôde incorrer em tirania da verdade, acosmismo e a constante manifestação de cegueira apolítica.

Para Arendt, por fim, a afirmação da busca da verdade como um ideal herdado pela tradição filosófica constitui em uma redefinição do próprio projeto original da filosofia. Atribuindo uma dimensão política a esse desvio, ela propõe o desafio de avaliar qual seria o estatuto tradicional filosófico, se esforçando em redescobrir seus impulsos primordiais e desvincular a diferenciação dos modos de vida político e filosófico pelo conflito, no qual a política necessita deveras estar subordinada à filosofia.

Partimos agora à compreensão dos tipos de verdade e sua relação com a filosofia e a opinião no pensamento de Arendt, lembrando que a pensadora vislumbra a revitalização do espaço público pelo restabelecimento dos laços entre política, liberdade e suas determinações democráticas originárias. Nesse vislumbre, ela busca um sentido para a política.

2. Verdade, Filosofia e Opinião

Arendt toma o termo *verdade* em sua obra mais por razões políticas que filosóficas. Por esta via, ela parece apontar a uma distinção entre aquelas verdades que não precisam ser atestadas (por serem axiomáticas), e aquelas que necessitam ser validadas para terem respaldo. Num primeiro momento, a reflexão arendtiana parece identificar a verdade como uma interpretação comum corrente à maioria das pessoas, sem a necessidade de um profundo exame ou consenso: “[...] permitimo-nos desconsiderar a questão do que é a verdade, contentando-nos com tomar a palavra no sentido em que os homens comumente a entendem” (ARENDR, 2016, p. 287). Sua atribuição nominal, como ela mesma diz, parte da conveniência, sem a aferição de uma legitimidade inerente, o que deixa claro que Arendt não estava muito preocupada com o rigor filosófico e, ainda, que a validade de sua conceituação fora arbitrária, o que pode fazer dela questionável. Outras possíveis leituras conduzem ao significado da verdade a uma concepção não essencialista, como algo que está à luz, à vista de todos, e que não retém nenhuma parte escondida. A verdade seria, então, alguma revelação que, mesmo incômoda, não é poupada de vir a público, além de não permitir dúvidas ou distorções de seu significado primeiro (ASSY, 2015, p. 44).

Buscando realçar em sua argumentação que a textura efetiva do domínio político e sua verdade emanada são constituídas por fatos e eventos, a pensadora parte de uma

distinção proposta por Leibniz em que verdades da razão são aquelas verdades necessárias e, verdades de fato são verdades contingentes, em uma disjunção lógica que faz com que seu oposto seja plausível. Sendo assim, àquelas verdades configuradas como natureza evidente, axiomáticas e ou postuladas de forma científica, Arendt chama de *verdades racionais* ou filosóficas, uma vez que seu caráter é indubitável e, normalmente, demonstrável. Já àquelas verdades não óbvias, geralmente observadas no cotidiano, capazes de refletir fatos e eventos políticos, ainda que com a necessidade da tarefa da interpretação, Arendt denominou como *verdades de fato* ou fatuais.

Desses dois tipos de verdade, a verdade de fato é a que mais interessa à atividade pública. É a partir dela que se constitui o domínio político, justamente pela apresentação dos fatos e eventos como inevitável resultado da ação e da convivência humanas. Pode-se tomar a palavra *fato* para Arendt como “o resultado invariável de homens que vivem e agem conjuntamente” (ARENDR, 2016, p. 287). E a partir dos exemplos trazidos por ela, tomá-los por fatos de natureza humanal, eventos e incidentes políticos e ou históricos e episódios derivados da palavra e da ação humanas. Portanto, fatos partem de seres humanos em sua existência como seres políticos, que falam e agem em conjunto, vivendo na companhia uns dos outros. Dessa forma, os fatos são muito mais vulneráveis ao apagamento, à destruição, à modificação e ou à falsificação. Quando comparados às verdades racionais, ainda, os fatos são mais suscetíveis pelo poder político à distorção, à manipulação ou ao esquecimento, uma vez que pela sua contingência própria, dificilmente os fatos podem ser reconstruídos a partir de um esforço intelectual ou restaurados pelo raciocínio lógico. Para sua comprovação, faz-se necessário, então, um registro histórico, documentos e/ou testemunho.

Além disso, uma diferença substancial entre verdades racionais e verdades de fato é sobre o seu oposto. O contrário da afirmação racionalmente verdadeira é a ignorância e o erro, às verdades científicas; e a opinião e a ilusão, às verdades filosóficas. Enquanto o oposto das verdades fatuais é a própria mendacidade: “a falsidade deliberada, a mentira cabal” (ARENDR, 2016, p. 288). Ou seja, reafirma-se que fatos podem ser manipulados deliberadamente. Por esta razão também, a vulnerabilidade da verdade de fato ante o assédio dos que estão no poder (e até dos que não estão, se levarmos em conta fanatismos e ideologias) é por demais ameaçadora, podendo constituir em perigo real de eliminação definitiva, já que nenhum esforço racional é capaz de resgatar uma entidade tão frágil.

A questão da legitimidade das verdades de fato é outro fator importante. É a interpretação comum de um agrupamento (tais como grupos de pessoas, a imprensa, as

instituições), acolhida genericamente, que alçará a verdade fatural à condição de legítima. Assim, ainda que seja política por natureza, a verdade fatural carrega consigo um ponto fraco, que é justamente o fato de depender da observação e do testemunho relativos, da interpretação e da comunicação humanas, que podem ser falhas. Isso faz com que ela possa ser esquecida, equivocada, desqualificada ou dissimulada pela mentira, ao contrário das verdades da razão, cujas descobertas e teorias produzidas pelo cérebro humano não necessitam de defesa para a sua legitimidade. Sendo assim, Arendt conclui que o embuste pode ser verossímil, uma vez que fatos podem ter acontecido diferentemente de como foram descritos: eles podem ter sido alterados, reduzidos ou acrescentados, se tornando aceitáveis e sendo tomados como verdades inquestionáveis, já que não confrontam a razão. Isso também evidencia o caráter inconsistente da verdade de fato, o que pode resultar na sua alteração e na reconsideração de fatos, na maquiagem de dados, no negacionismo, no anticientificismo e no anti-intelectualismo; ou conceitos hoje pervasivos, como revisionismo histórico⁵ e *pós-verdade*. Dada a factibilidade de “contaminação” de um evento pela expressão do seu observador, qualquer registro ou documento, monumento ou arquivo, pode retratar um enfoque a ser questionado, mesmo em um evento sobre o qual repousem muitas testemunhas. Não existe a possibilidade de instaurar uma alta instância para atestar a verdade; e Arendt menciona, inclusive, como os historiadores concordam que eventos fatuais possam ser encobertos ou transformados por meio de inserções plausíveis, trabalhando com a fragilidade da memória humana.

Refletir sobre a fragilidade da verdade fatural é, também, indispensável, para compreender porque ela pode ser confundida com a opinião: o fato de que a verdade fatural não seja mais autoevidente que a opinião “[...] pode ser uma das razões pelas quais os que sustentam opiniões acham relativamente fácil desacreditar a verdade fatural como simplesmente uma outra opinião” (ARENDR, 2016, p. 301). Nesse sentido, cabe aqui discorrer sobre o conceito de *opinião* na obra de Arendt para, depois, explorar a sua distinção dos fatos e da verdade fatural.

⁵ Aqui cabe um destaque importante no que tange à diferença entre *revisionismo histórico* e *negacionismo histórico*. O *revisionismo* é inerente ao ofício do historiador e está sujeito aos achados documentais que podem revolucionar o conhecimento histórico de qualquer tema. Em casos assim, o revisionismo histórico é louvável, pois se ancora no campo fatural e acrescenta novos conhecimentos a um evento histórico. O *negacionismo*, por sua vez, embora também se concentre no campo fatural, prima por negar fatos amplamente documentados, quase sempre para ocultar, distorcer ou minorar eventos de impacto perpetrados em várias épocas. Nesse sentido, destaca-se que existem divergências frontais entre os dois conceitos, uma vez que o revisionismo busca honrar a história como ofício, enquanto o negacionismo, ao contrário, está empenhado em arruiná-la. Atualmente, parece haver uma confusão entre os dois conceitos e a palavra *revisionismo*, muitas vezes, é aplicada ao invés da que seria correta, *negacionismo histórico*, concebida por Henry Rousseau.

Vulgarmente, a opinião, no sentido como é amplamente compreendida na obra arendtiana incide sobre o que “aparece” aos olhos e ouvidos de seu emitente, por meio de atos visíveis e testemunháveis. Sendo assim, ela se constitui principalmente como um pensamento provisório sobre algo que se viu e ou se viveu, podendo ser tida também como a manifestação individual da maneira como um fato ou evento do cenário político é compreendido e revelado para uma pessoa, – “o mundo como ele se abre para mim” (ARENDR, 2002, p. 96), não estando imediatamente contraposta à verdade. A opinião está sujeita aos testes do debate, do acordo ou da discordância por parte dos demais espectadores do mesmo fato ou evento, cada um em sua dada posição na estrutura política. Isso implica dizer que diversos observadores podem colher variadas perspectivas do mesmo fato, por apreciarem os eventos com um próprio ponto de vista; e, por essa razão, a opinião jamais pode refutar para si o valor de verdade universal e objetiva, e nem mesmo impor-se a caráter coercitivo, porquanto não se situa entre o real e o ignorado, surgindo a partir da observação do mundo público, de acordo com a posição de cada indivíduo.

Assim, fatos e opiniões pertencem ao mesmo reino no campo da interpretação humana diante de qualquer evento da arena política. Arendt destaca que, embora fatos e opiniões possam ser mantidos separados, eles “não são antagônicos um ao outro; eles pertencem ao mesmo domínio” (ARENDR, 2016, p. 295). Ambos se atentam aos assuntos humanos e aos resultados de suas ações e, dessa maneira, possuem sua qualidade distintiva no seio político. Além de tudo, os fatos são necessários para informar as opiniões, e as opiniões, por sua vez, quando partem de fatos, podem guardar legitimidade no que tange à sua verdade fatural, que é também o garante de uma liberdade de opinião autêntica. Quando a informação fatural não é garantida, os fatos podem ser questionados e a liberdade de opinião apenas se tratar de uma farsa (ARENDR, 2016, p. 295).

A principal diferença entre fatos e opiniões reside, entretanto, nos modos de asseverar sua validade. As opiniões necessitam da sua validação por meio da persuasão e dos debates, e os fatos contêm em si mesmos a “natureza coerciva” e “necessariamente tiranizante” da verdade. Esse fator leva Arendt a colocar a verdade fatural como antipolítica por princípio, apesar do seu caráter propriamente político. Ela lembra ainda que, para Platão, por exemplo, cujo antagonismo entre verdade e opinião é abordado de maneira característica no diálogo *Górgias*, se instaurava uma oposição mais direta entre a opinião e a verdade do que entre a verdade e a mentira, já que a oposição entre a verdade e a opinião podia promover a crença em afirmativas sem fundamento, em superstições e quimeras (PLATÃO, 2006) e, na antiguidade, o sofista e o néscio incomodavam mais do

que o mentiroso. E, ainda que as opiniões não sejam de natureza estritamente política (as opiniões também são importantes nos outros âmbitos da vida e podem ter um caráter apenas cognitivo, sem a necessidade de convencer alguém delas); elas possuem prevalência na esfera dos assuntos humanos, e uma das suas possibilidades é a retórica. A retórica pode ser utilizada para, por meio de um discurso pernóstico, omitir mentiras e mendacidades, se distanciando grandemente da veracidade, ainda que podendo, de outro modo, passar essas opiniões por verídicas. Afinal, não há nenhuma marca distintiva entre verdade e opinião (ARENDDT, 2002, p. 95). Na arena pública, não há marcas exclusivas do discurso verdadeiro, e é nesse ponto que a opinião pode se tornar fonte de manipulações e mentiras contadas deliberadamente, ampliando a atuação da mentira na política.

Outra percepção crucial é a de que a questão que divide verdade e opinião está diretamente relacionada ao abismo cavado entre política e filosofia. Como já mencionado, a condenação de Sócrates ocasionou a descrença de Platão sobre a validade da *peîthein* e, conseqüentemente, a sua condenação à “mera opinião”, resultando o conceito de verdade platônico como diretamente oposto ao conceito de opinião (ARENDDT, 2002, p. 92).

Por fim, Arendt sugere que uma arma eficaz contra a verdade dos fatos é a tentativa de transformar fatos em opiniões. Isto significa reduzi-los ao processo da interpretação subjetiva como se se tratassem de “mera opinião”. Contemporaneamente, isto pode se dar de maneira ainda mais delicada, pois pode se utilizar da reivindicação ao direito à liberdade de expressão. Confundir fatos com “meras opiniões” é uma das principais ferramentas da *mentira organizada*, que Arendt compara com as mentiras políticas tradicionais, e ressalta como um fenômeno efetivamente ameaçador contra a verdade. Sua posição crítica não consiste em um parecer moral ou idealista da mentira tradicional, sendo, na verdade, uma apreciação ponderada da mentira moderna, cuja natureza é destrutiva sem precedentes. Dessa forma, as considerações teóricas da pensadora deixam espaço a questionar se o domínio público seria autossuficiente para prescindir de uma concepção de verdade, mesmo que isso ameace a permanência de mundo. Este é, sem dúvida, um dos principais pontos de conflito no tema da verdade e da política em sua obra.

É partindo disso que destacamos, ainda, que não foi dada muita atenção ao papel do senso de verdade da opinião que Arendt menciona algumas vezes, especialmente no

ensaio *Sócrates* ou *Filosofia e Política*⁶. Esse é o senso de verdade que se coloca no núcleo de nossa investigação, propondo a possibilidade de tal concepção de verdade no pensamento arendtiano e visando a abrir caminho à reavaliação sobre como a pensadora vê a relação entre a verdade, aqui proposta e assim entendida, e a política. Não obstante o fato de que muitas passagens na obra de Arendt parecem sustentar o conflito entre verdade e política, o conjunto de seu pensamento político tende a refletir uma concepção de opinião que não é simplesmente a “mera opinião”, uma vez que deve se encontrar fundamentada em bons argumentos, premissas racionais, pluralidade e um juízo perspicaz, pendendo, desse modo, mais para a compreensão socrática. Dessa maneira, partimos agora à possibilidade de uma *opinião verdadeira*.

3. A possibilidade de uma *Opinião Verdadeira*

A opinião no sentido grego da *dóxa* é um conceito amplo e fenomenológico que Arendt parece depreender para o seu pensamento político como a compreensão socrática: a percepção particular de uma pessoa cujo o mundo é apreendido a partir da sua singularidade, resultando em um ponto de vista que difere de todos os demais devido à sua própria posição no mundo. Uma abertura para o mundo tal como ele se revela a um indivíduo, como lhe parece, não consistindo, assim, em subjetividade fantasiosa ou arbitrária, mas tampouco com validade absoluta para todos. Com a maiêutica de Sócrates, essa percepção própria de mundo pode ser comunicada e ampliada a partir da compreensão de como o mundo se revela para os outros, e do consequente entendimento de que o mundo é o mesmo – um mundo comum – mas visto, sentido e percebido de perspectivas diferentes.

A maneira como Arendt examina o papel da *dóxa* no ensaio *Sócrates* é fundamental, pois sugere que a própria investigação individual de um significado de mundo particular, “como ele se abre para si” está, conseqüentemente, relacionada com como o mundo se abre para todos os outros. Isso corresponde a um processo em que cada elemento do mundo “*in-between*” é considerado para refletir em um fenômeno maior, qual seja, a possibilidade de potências de verdade em cada opinião. A verdade da opinião pode ser tomada, então, como o resultado das implicações e revelações apresentadas a um indivíduo em seu processo de formulação da *dóxa* e a sua conseqüente compreensão dos

⁶ Ensaio contido na coletânea *A Promessa da Política*.

pontos de vista e *dóxa* dos demais. Isso, evidentemente, parece apontar a um processo articulatório da opinião, não refletindo essa *dóxa* em uma concepção simplista, a um “dizem”, “acham”; e nem mesmo a “crenças sinceras” ou estados internos de emoções que refletem apego a ideias, preconceitos ou prejulgamentos de interesses próprios e não examinados. A *dóxa*, em Arendt, parece levar em conta desde a consideração de uma pluralidade de perspectivas diferentes e não redutíveis a uma única perspectiva de mundo, como para Sócrates, até a sua articulação a partir de uma atividade intersubjetiva e dialógica, que requer a disposição em manter-se receptivo em relação às opiniões e aberturas de mundo dos demais.

Começamos mencionando que, apesar do longo percurso teórico de Arendt, muitas vezes favorável a Platão, ela mesma admite que na obra platônica, no que concerne à sua oposição entre verdade e opinião, não é feita qualquer menção à *dóxa* (ARENDR, 2010b, p. 48) e que tal antagonismo (verdade versus opinião) foi uma conclusão bastante antissocrática da condenação de Sócrates (ARENDR, 2010b, p. 49). Essa afirmação categórica se repete em mais de uma passagem, deixando claro que, para Arendt, a verdade da opinião é oposta à verdade metafísica incompatível com a política, qual seja, o ideal platônico de verdade. Ao contrastar as figuras de Sócrates e Platão e, particularmente, ao abordar a oposição entre verdade e opinião, Arendt possibilita dois caminhos para a dialética, não admitindo, portanto, papéis totalmente discrepantes à linguagem política e à linguagem filosófica. Se a filosofia socrática, por um lado, não tinha por exigência a certeza epistêmica, por outro, ela também não negligenciava a busca por uma opinião em suas expressões de verdade – o que deve ser compreendido em caráter de evitamento daquilo que é sabidamente falso. Dessa maneira, a busca pela verdade das opiniões, objetivada por Sócrates, embora visasse a uma opinião que se validasse em sua própria possibilidade de verdade, não dispensava a responsabilidade do julgamento e da opinião.

Villa (1999) sublinha o retrato atípico que Arendt faz de Sócrates no ensaio póstumo *Filosofia e Política*, que sugere a reconciliação entre filosofia e política, e que contraria seus trabalhos anteriores publicados⁷, nos quais sempre se destaca o individualismo moral socrático. Ele parte à análise do “custo” que essa reconciliação exige e, ainda que Villa acredite que Arendt permanece fundamentalmente não-socrática, ou mesmo *antissocrática*, ele logo admite que Arendt realça que Sócrates, ao oposto de

⁷ Essas obras são *Civil Disobedience and Thinking and Moral Considerations*.

Platão, não contrapõe verdade e opinião, e que a verdade disponível aos seres humanos integra o mundo das aparências e da fala (VILLA, 1999, p. 206). A discussão de Villa enfatiza que a leitura que Arendt faz de Sócrates nesse ensaio conecta a verdade à pluralidade humana, sugerindo que o Sócrates de Arendt está interessado na singularidade de toda e qualquer opinião humana, já que ele pressupõe a *dóxa* como “uma abertura distinta para o mundo”. Sendo assim, o Sócrates de Arendt acredita na possibilidade de múltiplas verdades. Sócrates verifica a posição do outro no mundo comum por meio da indagação para, em seguida, extrair a verdade de sua perspectiva particular, forçando aquela pessoa a fornecer um relato consistente de pontos de vista mal formados ou mesmo mal articulados.

Dessa maneira, a *dóxa* de um indivíduo é o resultado desse processo mais amplo: um processo que poucos realizam, a menos que sejam incansavelmente estimulados por algo como a “parteira socrática”. Segundo Villa, tende-se, ao contrário, a se ser radicalmente inconsciente da própria *dóxa* na vida cotidiana; a se ser drasticamente inconsciente da própria perspectiva do mundo comum. Diz ele: “Isso precisa ser trabalhado, extraído de nós de maneira dolorosa, tal qual o símile da parteira implica” (VILLA, 1999, p. 207). Essa é, basicamente, a singularidade que separa a *dóxa* articulada em *dókei moi* daquela que se presta a um julgamento simplista sem exames aprofundados, que aqui é tida como a “mera opinião”. A *dóxa*, então, não possui em si a intenção de “estabelecer a verdade”, dispensando a necessidade de uma verificação última da sua adequação para o viver e o agir. Todavia, ela se distingue da “mera opinião” nesse sentido porque aquela pode significar apenas a concordância com um grupo, ideologia ou a reprodução de um preconceito, não tendo nenhuma dessas condições a exigência de um exame mais aprofundado para que se extraia as próprias *dóxai*.

Em sendo assim, Villa aduz, a opinião “não é um mero ‘vento’, mas [...] o lócus de uma verdade particular e valiosa” (VILLA, 1999, p. 212). Essa verdade particular teria, então, maior importância que uma verdade única e transcendente.

Ao cultivar as verdades parciais dadas pelas perspectivas individuais sobre o mundo compartilhado, o Sócrates de ‘Filosofia e Política’ revela um mundo humano caracterizado pela ausência de qualquer verdade *absoluta*, mas que se torna belo pela disponibilidade de inúmeras aberturas sobre ele. *A verdade para os mortais, em outras palavras, é inerente à pluralidade de perspectivas*, que conferem ao mundo compartilhado uma plenitude de presença não encontrada em nenhum outro lugar, uma plenitude que sempre excede os poderes de qualquer

representação (no singular). (VILLA, 1999, p. 212, segundo grifo nosso).

Logo, a revelação da verdade específica de alguém pode ser provocada apenas por um questionamento, que também garante a posição do outro no mundo comum. Cada vez que algo é dito, que uma opinião é expressa, isto está sendo feito em relação à própria posição e ação do indivíduo no mundo. A pluralidade de perspectivas supre, então, um significado ontológico ante a consideração da unicidade de cada um em sua posição que vê e ouve de ângulos diferentes (ARENDT, 2010a, p. 70). A *dóxa* enquanto concepção socrática está não somente vinculada ao mundo enquanto espaço de aparências (fenomênico), que aparece aos seres humanos, como também implicada nas diferentes perspectivas de mundo, que não podem ser reduzidas a uma só. À medida que é “divulgado” aos mortais, o mundo é sempre visto a partir de perspectivas plurais, mas jamais em sua integralidade.

Disso tudo, o ponto principal a ser analisado, esteio à nossa presente investigação, é que a partir da *dókei moi* também derivará o conceito de *opinião verdadeira*, discutida nesse momento no âmbito da maiêutica socrática, que visava ao auxílio para que cada cidadão articulasse as suas próprias opiniões com o objetivo de discernir a verdade inerente nelas. Não dispondo agora de “parteiras” ou “moscardos”, porém, a verdade de cada opinião se revelaria pela sua própria articulação em veracidade, dispondo do reconhecimento dos fatos (ou do que é tido por verdadeiro), e da própria veracidade pessoal do ator no momento de formular a opinião. Nesse sentido, o processo de articulação de uma opinião exigiria também o esforço da compreensão das *dóxai* dos demais membros de uma comunidade política, relacionando o seu próprio ponto de vista com o dos outros, para melhor formular sua própria *dóxa*. É esse exercício de pensamento – que Arendt primeiro encontra em Sócrates, na formação dialógica e intersubjetiva da opinião, e depois em Kant, com o pensamento representativo, – que precisa ser distinto no processo da opinião que se pretende verdadeira em relação com o juízo político, pois o juízo político não se apresenta como uma alternativa à verdade e, para Arendt, o melhor juízo também não é o “mais verdadeiro”.

Sendo assim, a verdade da opinião analisada por Arendt implica em uma verdade que adere à opinião, não sendo, porém, objetiva nem idiossincrática. Dado que a *dóxa* é parcial e relativa, a verdade da opinião não se trata da verdade “objetiva”, que pode ser refutada ou comprovada por meio de uma referência a critérios preestabelecidos.

Contudo, também não é um tipo de verdade relativista ou subjetivista, que se preocupa apenas com o que é verdadeiro para aquela pessoa. Dessa forma, explorar a veracidade de cada *dóxa* é respeitar a sua singularidade e distinção perante todas as *dóxai* como um ponto de vista único que corresponde a como “o mundo aparece” para determinado indivíduo, além de, ao mesmo tempo, revelar o que ela tem em comum com outros, evidenciando um mundo comum que se abre a todos conforme a publicidade de suas *dóxai* e sobre o qual cada indivíduo é potencialmente igual em ação e discurso – isto é, diferentes nas opiniões, mas iguais em status político.

Em resumo, a concepção de opinião como a *dóxa* socrática para Arendt é a que melhor atende a importância que ela parece vislumbrar à opinião no domínio político, e que permite, ainda, abrir a possibilidade de uma verdade que não se oponha à política, e da articulação de uma *opinião verdadeira*. Como visto especialmente no ensaio *Sócrates*, a opinião assim entendida no pensamento de Arendt pode contribuir a um conceito de verdade que não é antagônico à opinião, uma vez que exige a consideração de outras opiniões para que seja validada em meio à pluralidade, sendo, inclusive, um elemento formador do juízo político. A opinião verdadeira atende a possibilidade de que, nos posicionamentos de Arendt, esteja implícita uma noção de verdade que difere da verdade absoluta platônica, podendo coexistir entre a *dóxa* e a esfera política – uma verdade não coercitiva e nem absoluta, que vem da verdade em cada opinião.

Compreende-se que esse é um dos aspectos mais relevantes para pensar a possibilidade de reconciliar filosofia e política no pensamento de Arendt. A busca de Sócrates por tornar os cidadãos “mais verdadeiros” foi uma tarefa elogiada por Arendt; e abordar seu pensamento político no que se refere à questão da *dóxa* por vias socráticas, e não platônicas, como usualmente é feito, parece ser uma resposta possível ao importante conflito entre verdade e opinião e seus prováveis desdobramentos.

Nesse ponto, para que se depreenda melhor acerca de como a opinião tida por “o mundo como se abre para mim” pode impactar na relação arendtiana entre verdade e política, faz-se importante agora partir à nossa proposição de possibilidade da formulação da opinião que se pretende verdadeira. Para isso, partimos, por fim, aos critérios de uma *opinião verdadeira*, quais sejam, o reconhecimento dos fatos e a veracidade pessoal de quem emite a opinião.

4. O Reconhecimento dos Fatos e a Veracidade Pessoal para uma *opinião verdadeira*

Fatos necessitam de um processo de reconhecimento histórico que permita que o seu conteúdo básico não seja afetado pela interpretação. Compreende-se que a afirmação de Arendt de que a liberdade de opinião se trata de uma farsa quando a informação fatural não é garantida (ARENDDT, 2016, p. 295) é indubitável, ou seja: não é possível ter opiniões responsáveis sem que se esteja seguro dos fatos. Embora não se pretenda arranjar os modos pelos quais a mentira possa ser banida do espaço público – ainda mais em tempos de mídias sociais, em que a mentira deliberada assume novas roupagens – destaca-se a relevância de apontar que a importância do estatuto indiscutível da faturalidade seja preservado. Sem a verdade dos fatos, a permanência de mundo se encontra ameaçada. Opiniões são vazias quando seu valor não deriva de uma fonte fatural, epistêmica e ou intelectual responsável e, ainda que a livre manifestação da opinião seja fundamental à pluralidade democrática, a sua livre manifestação de modo irresponsável pode apenas visar a criação de novos sentidos de realidade, dando margem às muitas formas que a mentira pode tomar.

Sendo assim, os critérios que ponderamos para a possibilidade de uma opinião verdadeira consideram, para tanto, o *reconhecimento dos fatos* como dados e imutáveis, tornando, portanto, imprescindível, que uma opinião que se pretende verdadeira não seja articulada com base em mendacidades; e a *veracidade pessoal* do emitente da opinião, que trata da credibilidade que um ator transfere ao seu discurso público, validando sua opinião junto aos demais interlocutores.

Diante disso, partimos a um breve exame das relações entre as verdades de *dóxai* e as verdades de fato. Uma vez que fatos e opiniões pertencem ao mesmo domínio, importa esmiuçar suas mútuas formas de influência, até mesmo para que as pessoas não se sintam autorizadas a criar as próprias versões da realidade a título de profissão da opinião, reivindicando-as como imagens reais. O reconhecimento dos fatos, aliás, é o único que não depende exclusivamente do ator político. Os fatos precisam de um processo de reconhecimento histórico, que impeça que o seu conteúdo básico seja afetado pela interpretação. Ainda assim, não apenas a História é crucial para o reconhecimento dos fatos, como também a imprensa cumpre papel determinante na formação da opinião pública, sendo responsável, inclusive, pela maneira sobre a qual a verdade fatural é comunicada. Dessa forma, nossa pesquisa dá especial destaque ao papel da imprensa para a informação da verdade fatural àquele que age e/ou está formulando a opinião, uma vez

que a imprensa possui maior importância de curto prazo, enquanto a História possui relevância de longo prazo. A verdade fatural deve se limitar a *informar* o pensamento político e, desse modo, o reconhecimento dos fatos é essencial ao processo de formulação da *dóxa*, se queremos que essas opiniões sejam tidas como legítimas.

Nesse contexto, a distinção arendtiana sobre os registros da verdade fatural versus a opinião tencionam alternativas para a proteção do espaço público, já que a mentira e a manipulação podem se fazer presentes no fluxo opinativo. Como já visto, o fluxo concernente dessas opiniões se faz essencial justamente por não apresentar princípios estabilizadores sobre os diversos assuntos humanos, o que não lhes confere uma falsa natureza eterna de verdade. Aqui, portanto, a política escaparia ao terreno que lhe é próprio ao tentar obnubilar verdades racionais; mas, ao contrário, agiria em seu domínio ao falsificar ou negar fatos, em virtude da contingência dos mesmos. Assim, ainda que fatos e opiniões não sejam propriamente opostos, a distinção entre eles é fundamental, pois uma vez que pertencem ao mesmo reino no campo da interpretação humana, os fatos podem ser facilmente tomados por opiniões ante qualquer evento da esfera pública – e isto, se feito de maneira intencional, resvala à mentira na política, que é uma das mais importantes razões para questionar o quanto o espaço público pode prescindir de um conceito de verdade.

Desse modo, a opinião, por sua natureza propriamente plural, deve estar sempre aberta ao concorde e à disputa, pois a composição do espaço político enquanto espaço de opinião exige essa pluralidade de pontos de vista. Os seres humanos estão constantemente interpretando o mundo sob diferentes prismas e, para Arendt, a própria base da realidade é dependente dessa multiplicidade de perspectivas. As verdades fatuais, contudo, ainda que se apresentem também em sua natureza política, não integram esse espaço de persuasão, já que não é possível alterar a “teimosia”, faturalidade ou “indestrutibilidade” dos fatos à vontade, a não ser que isso seja feito por meio da mentira e do engano.

Eis, portanto, um ponto fundamental que relaciona a possível verdade de *dóxai* e as verdades de fato: a verdade fatural é fundamental à permanência de mundo e é, igualmente, condição para que a *dóxa* se revele em sua veracidade. Um mundo que perdure é a preocupação fundamental da política e o reconhecimento dos fatos é um dos principais critérios também à formulação de uma opinião que se pretende com veracidade, já que não é possível formular uma opinião verdadeira sem que a faturalidade esteja garantida e sem que a base da realidade esteja assegurada.

Arendt lança a pergunta se “os fatos realmente existem, independentes de opiniões e interpretação?” (ARENDR, 2016, p. 296). A impossibilidade da sua determinação sem a tarefa interpretativa e a adequação a uma narrativa que se dê em certa perspectiva é, sem dúvida, um fator que joga a favor da fragilidade dos fatos, mas de maneira nenhuma se constitui em argumento que possa negar a própria existência da matéria fatural. Não existem justificativas ao apagamento das linhas que demarcam a separação entre fato, opinião e interpretação e, tampouco, justificativas à manipulação da matéria fatural. Arendt lembra que, ainda que hajam muitas perplexidades sobre o modo de determinar, narrar e registrar dados fatuais em sua ocorrência original, não se pode admitir que a própria matéria fatural seja tocada ou questionada, devendo esta ser preservada. Assim, mesmo que seja admitido que cada geração tenha o direito de escrever sua própria história, não se admite mais nada “além de ter ela o direito de rearranjar os fatos de acordo com sua própria perspectiva; não admitimos o direito de tocar na própria matéria fatural” (ARENDR, 2016, p. 296). Nenhum diálogo, discussão ou debate, pode adicionar algo novo a um fato, portanto, e uma vez estabelecido, absolutamente nada pode modificá-lo.

O segundo critério que destacamos à articulação de uma opinião que se pretende verdadeira tratará da veracidade, e do que ela pode significar a um ator político no contexto de formação da sua opinião. Aqui, propomos que Arendt tem a veracidade dos atores como uma de suas principais preocupações e, conforme Zerilli (2012) e Pashkova (2016), ela será empregada como uma característica que não pertence à opinião em si, mas a um indivíduo em relação ao seu processo articulatório. Arendt emprega em seu relato não somente a noção de verdade, como também a de *veracidade* e, sendo assim, é preciso analisar de que forma esse conceito atua para a manutenção da dignidade do âmbito político e à formulação de uma opinião, segundo sua obra.

Vamos, portanto, examinar o termo *veracidade* na obra de Arendt brevemente. Tanto em seu relato sobre Sócrates e a sua busca por “tornar verdadeira a *dóxa*”, como no contexto da relação entre verdade e política, Arendt emprega não somente a noção de verdade, como também a de *veracidade*. Se no primeiro ensaio a palavra não aparece tantas vezes assim, em *Verdade e Política*, por outro lado, ela aparece mais de dez vezes, com mais de um sentido; o que torna relevante a busca pelo entendimento do que seria essa veracidade. A exploração de seu significado pode ser pertinente também para compreender em que termos a veracidade se relaciona propriamente ao tema da verdade e, conseqüentemente, à formulação da *dóxa*. O vocábulo aparece, ainda, em outros

ensaios de Arendt e, especialmente em *A Mentira na Política*, parece tomar acepções semelhantes às do relato sobre verdade e política.

Arendt aborda no ensaio que Sócrates visava a trazer à luz a verdade que toda pessoa potencialmente possui, auxiliando cada cidadão a parir suas próprias verdades e, tornando, assim, a cidade mais verdadeira (ARENDR, 2010b, p. 57, grifo nosso). O papel do filósofo, então, ao invés de governar, seria o de ajudar cada cidadão a ser “mais autêntico”, e isso significava o aprimoramento de suas *dóxai*, isto é: tornar verdadeira a *dóxa* implicava em falar de tal forma que a verdade da opinião de alguém se revelasse a si mesmo e aos outros, “a revelação da *dóxa* em sua própria veracidade” (ARENDR, 2010b, p. 57). No entanto, não fica claro ainda o que seria essa veracidade no contexto de revelação de uma opinião. O que é preciso para que uma cidadã, ao articular a própria opinião política, fale de forma que a verdade da sua própria opinião apareça para os outros?

A partir disso, compreendemos que a veracidade em relação ao processo de articulação de uma opinião pode ser entendida como uma característica do indivíduo que formula essa opinião, e não tem relação direta com a verdade de sua *dóxa*. Isto é, caso admitida a possibilidade de autoengano que Arendt abre em *Verdade e Política*, pode-se incorrer que um ator político seja sincero na manifestação da sua opinião, ainda que a sua opinião não seja verdadeira. O oposto não é possível, contudo: um cidadão que se preste a articular opiniões sem incluir a veracidade entre suas virtudes, por definição, não poderá articular uma opinião verdadeira. Geralmente, esse é o caso dos mentirosos descarados. Essa veracidade, portanto, pode ser entendida também enquanto disposição do indivíduo para articular a própria opinião – reconhecendo a verdade fatural, quando se aplica, conforme pontuamos no primeiro critério; – e colocar sua própria *dóxa* em relação ao maior número possível de *dóxai*, em um esforço de compreensão para apreender como o mundo se abre para os outros, não fixando-se somente nos próprios interesses e preconceitos.

Pashkova (2016) declara que a veracidade diz respeito a um *compromisso* com a abertura de cada cidadão às perspectivas de mundo das outras pessoas, uma vez que nenhuma verdade pode se revelar a partir da *dóxa* sem essa dupla disposição: revelar os próprios pensamentos sem ocultá-los nem distorcê-los, e uma sincera intenção de engajamento ante as perspectivas plurais (PASHKOVA, 2016, p. 74-75, grifo nosso). A maiêutica socrática, portanto, partindo desta leitura, tem como premissa a suposição de que os indivíduos estejam dispostos a reconhecer e a aceitar o fato da pluralidade humana,

e isso significa se prontificar a reconhecer que todos os pontos de vista e *dóxai* possuem igual relevância, concordando-se ou não com eles; e, dessa forma, todos esses pontos de vista merecem ser examinados (Idem, Ibidem). Parte da veracidade de quem formula a opinião constitui-se, portanto, na tarefa de examinar um amplo número e variedade de *dóxai*, visando a *dóxa* a livrar-se de idiosincrasias, inclinações pessoais, limitações subjetivas e preconceitos. A veracidade, portanto, requer do articulador da opinião política a disposição para a formulação da sua *dóxa* em caráter relacional com os outros e “ser verdadeiro” no processo de articulação da opinião exige que um indivíduo prossiga com o exame da maior variedade possível de outras opiniões, de modo a aparecer publicamente ou representá-las em seu pensamento, para que a *dóxa* possa adquirir certa “imparcialidade”, sem limitações impostas pela aparência, pela subjetividade e pelos prejulgamentos.

Sendo assim, um cidadão ou cidadã só pode provocar mudanças no mundo se, com esta ação, não danificar o próprio tecido da realidade, comprometendo a relativa estabilidade de mundo com sua ação. Nisso, reside parte da própria veracidade do ator político, – que estará agindo sem as ferramentas e artimanhas da mentira; – além de parte da veracidade do próprio mundo – que se preserva no estabelecimento de sua perseverança. A veracidade, portanto, quando apreendida na acepção de uma necessária aceitação das verdades fatuais e sua preservação às gerações vindouras atesta a veracidade do mundo em sua condição de permanência bem como a veracidade do cidadão ante sua integridade, o que deveria ser do interesse de todos.

Por fim, a veracidade pessoal, no sentido em que atua especialmente sobre a *integridade* daquele que age e daquele que formula a opinião, é, portanto, um elemento que também dotará esse ator/espectador político do importante sentimento de responsabilidade pelo mundo. Arendt destaca a responsabilização pelo mundo como o agir responsável para com os demais em sua pluralidade, além do cuidado contínuo com as instituições e práticas que possibilitem a divulgação desse dado plural, em uma práxis deliberativa mais crítica e completa tanto no sentido da ação quanto da elaboração da opinião política, o que, conseqüentemente, pode auxiliar na permanência de mundo. E tudo isso contribui à nossa proposição de que o pensamento de Arendt deixa entrever uma *opinião verdadeira*.

Defende-se aqui que o esforço em analisar as possibilidades do conjunto da obra de Arendt no alcance a um tipo de opinião que não seja diametralmente oposta ao âmbito político é, também, lançar luz às potencialidades de restauração da dignidade da política

e da revitalização do espaço público – o que foi, outrossim, um esforço tão firmemente acalentado por ela.

5. Considerações finais

Arendt anunciou uma fenda teórica importante no que tange à reflexão sobre a relação entre verdade, mentira e opinião na esfera pública, apresentada em seu ensaio *Verdade e Política* (1967), por meio de um relato idiossincrático que, aparentemente, opõe política e filosofia. Em *Verdade e Política*, Arendt demonstra como a opinião pode, com facilidade, ser apenas mais uma forma de mentira, bem como, a verdade de fato pode ser tomada como apenas mais uma opinião junto ao espaço público. Também é possível encontrar ênfase à importância do ator político, à sua possibilidade de ação e de iniciar algo novo; e menções em termos da veracidade da opinião e da mentira deliberada, que podem comprometer a ocorrência do juízo político. No entanto, embora explorada, a relação entre verdade e política não foi exaustivamente esgotada, possuindo muitas lacunas a respeito do posicionamento defendido por Arendt. Ora tal posicionamento soa como definitivo, ora como propositivo, não ficando claro se, especialmente no ensaio *Verdade e Política*, a pensadora se posta como “antiverdade” no espaço público ou se apenas apresenta a reflexão necessária para se pensar sobre todas as implicações que interferem na relação entre verdade e política. A interpretação amplamente aceita é a de que existiria uma subordinação da política à filosofia, tendo por consequência a degradação da *dóxa* e a impossibilidade de conciliação entre as esferas filosófica e política.

Sendo assim, o argumento que buscamos defender é o de que a relação entre verdade e política que Arendt sustenta é muito mais complexa do que à primeira vista e que sua possibilidade de verdade em harmonia com a esfera pública vai bem além da *verdade factual*, exercendo a *opinião* um papel determinante.

Que a opinião seja inevitável e insubstituível, aliás, é uma das mais fundamentais implicações sobre a relação entre verdade e política no pensamento de Hannah Arendt, fazendo-se, portanto, fundamental, empenhar-se com maior ênfase sobre ela. Uma vez que a maior importância da opinião na esfera pública é que ela é justamente o garante da pluralidade, é ela, ainda, que torna possível a efetivação da política junto ao espaço público, possibilitando que o ator político seja visto e ouvido. Para Arendt, então, a pluralidade é o início e o fim da política, se concretizando no campo da opinião por meio

do debate aberto e constante; e é por meio da opinião também que são erigidas as múltiplas possibilidades de abertura de mundo, fundamentando o debate político e impedindo o governo de caráter autoritário.

Ainda que diante da condenação de Sócrates o desdém de Platão pela opinião a pareça configurar como uma expressão simplista de caráter individual, o conjunto do pensamento de Arendt parece refletir uma concepção de opinião que não se trata simplesmente de uma opinião reducionista, sem manifestação crítica ou baseada em idiossincrasias. Arendt vai de encontro à tradição da filosofia ao enfatizar a relevância da opinião para os assuntos humanos, e quando ela avalia sobre a validade das opiniões, permite certa convergência entre a opinião e a verdade, soando menos enfática a respeito da dicotomia extrema entre filosofia e política. Arendt pondera que, para que as conclusões sejam consideradas válidas, é importante um maior número de posições de pessoas na própria mente, defendendo a necessidade de certificação da posição do outro no mundo comum. Logo, uma opinião deve se encontrar fundamentada em bons argumentos, na pluralidade das premissas e em um julgamento perspicaz, como Sócrates defendia a partir da sua maiêutica. Foi essa opinião capaz de possuir uma verdade em si mesma o alvo de nossa argumentação e também da preocupação de Arendt.

Referências

- ARENDR, Hannah. *A dignidade da política: ensaios e conferências*. 3ª edição. Tradução de Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- _____. *A condição humana*. 11ª edição. Tradução de Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- _____. *A promessa da política*. 3ª edição. Tradução de Pedro Jorgensen Jr., organização e introdução: Jerome Kohn, revisão técnica: Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010b.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. 8ª edição. Tradução de Mauro W. Barbosa. Coleção Debates – No 64. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- _____. *Crises da República*. 3ª edição. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- ASSY, Bethânia. *Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt*. São Paulo: Perspectiva; São Paulo: Instituto Norberto Bobbio, 2015.
- PASHKOVA, Valeria. *Arendt's Political Thought: The relationship between Truth and Politics*. 2016. 383 p. Thesis submitted to the Institute for Culture and Society. Western Sydney University, Sidney, 2016.
- PLATÃO. *A República*. 9ª edição. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- _____. *Górgias*. Tradução de Manuel de Oliveira Pulquério. Lisboa: Edições 70, 2006.

SILVA, Kelly J. S. *Arendt e a permanência da verdade pública*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

VILLA, D. *Politics, Philosophy, Terror: Essays on the Thought of Hannah Arendt*. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

ZERILLI, Linda. Truth and Politics. In: ELKINS, J.; NORRIS, A. *Truth and Democracy*. Series: Democracy, Citizenship, and Constitutionalism. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2012, p. 54-75.

Recebido em: 09/05/2022

Aprovado em: 18/06/2022